

PARQUETUR CHAPADA DOS VEADEIROS S.A.

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

PARQUETUR CHAPADA DOS VEADEIROS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e à Administração da
Parquetur Chapada dos Veadeiros S.A.
Alto Paraíso de Goiás - GO

Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Parquetur Chapada dos Veadeiros S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos não conhecidos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Parquetur Chapada dos Veadeiros S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Imobilizado e Intangível - ausência da totalidade da documentação suporte para o teste de amostras da segregação entre bens reversíveis e não reversíveis e de análise que evidencia a estimativa anual de vida útil destes ativos

Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 8 e 9, a Companhia possui registrado nas rubricas “Imobilizado” e “Intangível”, no ativo não circulante, os montantes líquidos de R\$ 139 mil e R\$ 1.709 mil, respectivamente, cujos saldos não puderam ser examinados até o momento pelos seguintes fatores:

(i) a Administração da Companhia não nos disponibilizou, até o final dos nossos trabalhos, a totalidade da documentação suporte para o teste de amostras da segregação entre os bens reversíveis e não reversíveis, bem como, a segregação entre os bens apresentados no Imobilizado e no Intangível; (ii) os bens apresentados na rubrica do Imobilizado, são depreciados por meio de taxas fiscais, e não por taxas decorrentes de uma avaliação da vida útil econômica; e (iii) a Administração da Companhia não nos disponibilizou, até o final dos nossos trabalhos, laudo de avaliação de vida útil para os bens apresentados na rubrica Intangível, bem como uma análise individualizada para definição da taxa de amortização entre o prazo de concessão e a vida útil de cada bem. Consequentemente, não nos foi possível, nas circunstâncias, opinarmos sobre os saldos das referidas rubricas e os seus possíveis efeitos, se aplicável, nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2023.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, a Companhia apurou prejuízo no exercício corrente no montante R\$ 62 mil (R\$ 745 mil em 31 de dezembro de 2022) e apresenta nas demonstrações prejuízo acumulado no montante de R\$ 2.766 mil e capital circulante líquido negativo em R\$ 126 mil. Esses números financeiros levantam dúvidas substanciais sobre a capacidade da Companhia de continuar operando. Nesse sentido, a Administração da Companhia tem envidado esforços na busca de alternativas para equacionar e equilibrar os compromissos operacionais e financeiros da Companhia, e até o presente momento, tais condições não foram equacionadas e equilibradas. Entretanto, as premissas incluídas na avaliação dependem de eventos futuros que ocorrerão para que a Administração possa reverter o cenário atual. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes em decorrência dessas incertezas ou das medidas e premissas atualmente em andamento. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes - exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros Auditores Independentes, que emitiram relatório sem modificação, datado de 27 de outubro de 2023.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato

de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 5 de setembro de 2024.

PARQUETUR CHAPADA DOS VEADEIROS S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	54	201	Fornecedores	10	53	82
Contas a receber de clientes	5	125	70	Empréstimos	11	-	33
Adiantamentos diversos	6	1	56	Passivo de arrendamento	14	21	15
Impostos e contribuições a recuperar		6	4	Obrigações trabalhistas e sociais	12	148	151
Despesas antecipadas		27	13	Impostos e contribuições a recolher	13	13	16
		213	344	Concessão de serviço público		41	39
				Outras contas a pagar		63	24
Não circulante				Não circulante			
Depósitos e Cauções		23	23	Passivo de arrendamento	14	-	26
Partes relacionadas	7	270	-	Impostos, encargos e contribuições parcelados		15	-
Imobilizado	8	139	161	Cauções e garantias		18	18
Intangível	9	1.709	1.720			33	44
		2.141	1.904				
				Patrimônio líquido	15		
				Capital social		4.748	3.798
				Adiantamento para futuro aumento de capital		-	750
				Prejuízos acumulados		(2.766)	(2.704)
						1.982	1.844
Total do ativo		2.354	2.248	Total do passivo e patrimônio líquido		2.354	2.248

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PARQUETUR CHAPADA DOS VEADEIROS S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receita líquida	16	3.223	2.071
Custos das mercadorias e serviços prestados	17	(1.800)	(2.243)
Resultado bruto		1.423	(172)
Despesas administrativas e gerais	18	(1.293)	(388)
Outras despesas	18	(82)	(46)
Despesas operacionais		(1.375)	(434)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		48	(606)
Resultado financeiro, líquido	19	(110)	(139)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(62)	(745)
Imposto de renda e contribuição social corrente	20	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	20	-	-
Prejuízo líquido do exercício		(62)	(745)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PARQUETUR CHAPADA DOS VEADEIROS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo Líquido do exercício	(62)	(745)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>(62)</u>	<u>(745)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PARQUETUR CHAPADA DOS VEADEIROS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Milhares de Reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.000	1.549	(1.930)	619
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.999	-	1.999
Aumento de capital social	2.798	(2.798)	-	-
Outros impactos	-	-	(29)	(29)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(745)	(745)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.798	750	(2.704)	1.844
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	200	-	200
Aumento de capital social	950	(950)	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(62)	(62)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.748	-	(2.766)	1.982

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PARQUETUR CHAPADA DOS VEADAIROS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Milhares de Reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(62)	(745)
Ajustes para reconciliar o lucro ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Juros empréstimos e financiamentos	24	84
Juros sobre arrendamentos	4	6
Depreciação e amortização	143	67
Outros	-	100
	<u>109</u>	<u>(488)</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	(55)	(13)
Impostos a recuperar	(2)	-
Adiantamentos diversos	55	(56)
Despesas antecipadas	(14)	(4)
Depósitos e Cauções	-	(21)
Outros créditos	-	(65)
Fornecedores	(29)	54
Obrigações trabalhistas e sociais	(3)	37
Imposto e contribuições a recolher	(3)	7
Impostos, encargos e contribuições parcelados	15	(8)
Concessão de serviço público	2	2
Outras contas a pagar	38	5
Caixa líquido gerado / (consumido) pelas atividades operacionais	<u>4</u>	<u>(62)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(7)	(88)
Aquisição de ativo intangível	(103)	(300)
Empréstimos a partes relacionadas	(270)	-
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	<u>(380)</u>	<u>(388)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(84)
Adiantamento para futuro aumento de capital	200	1.999
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(57)	(795)
Pagamento de arrendamento	(23)	(31)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>120</u>	<u>1.089</u>
(Redução) / aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(147)</u>	<u>151</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	201	50
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	54	201
(Redução) / aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(147)</u>	<u>151</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 Contexto operacional

A Parquetur Chapada dos Veadeiros S.A (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com filial na Rodovia GO 239, KM 36 no Distrito de Vila São Jorge - município de Alto Paraiso de Goiás, no estado de Goiás. A Companhia foi constituída em 11 de abril de 2019 e a filial em 19 de junho de 2019.

O objetivo da Companhia é a exploração do parque temático, exploração de serviço de apoio à visitação pública, com cobrança de ingresso, e de atividades econômicas no Parque Nacional Chapada dos Veadeiros-GO, nos termos do Edital de Concorrência nº 2/2018 e do Contrato de Concessão firmado com o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade - ICMBIO.

O prazo da concessão patrocinada é de 20 anos com início em dezembro de 2018.

A concessão patrocinada consiste na prestação de serviços adequados com boas condições de qualidade, regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade das tarifas nos termos da legislação.

O controlador da Companhia é o Parques F.I. Partic. Infraestrutura, um Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura. A operação é acompanhada pela consultoria estratégica do Parques F.I. Partic. Infraestrutura a Parquetur Participações S/A (“Parquetur”), que é uma empresa brasileira e sua atividade principal é a gestão e operação de parques e unidades de conservação da natureza. Acreditamos em um modelo no qual a promoção do ecoturismo nas áreas protegidas gera recursos para a conservação e educação ambiental, além do crescimento sustentável do entorno.

Atuando dentro de um modelo de gestão para parques e unidades de conservação no qual há melhoria da infraestrutura, acesso e atividades de lazer e entretenimento, a Parquetur consolida serviços e parceiros buscando uma gestão mais eficiente do ponto de vista operacional e econômico em apoio ao cliente, seja público ou privado. Zelamos pelo desenvolvimento econômico sustentável das comunidades do entorno e total apoio às atividades de conservação ambiental.

1.1 Aspectos financeiros e sustentabilidade da continuidade operacional

i) Início da operação e evolução da visitação

Em 20 de dezembro 2018, a Parquetur Chapada dos Veadeiros S.A. ("Companhia") celebrou Termo de contrato de concessão Nº 02/2018 ("Contrato") com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO ("Poder Concedente"), que prevê a prestação de serviços de recepção de visitantes, venda de ingressos, serviços de alimentação, loja de conveniência, espaço de campismo das Sete Quedas e transporte interno do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros ("Parque"). A vigência do Contrato é pelo prazo de 20 (vinte) anos, contados a partir da data de assinatura do contrato.

O valor total do contrato é de R\$ 16.290 mil, correspondente à soma do valor estimado dos investimentos com outorga estimada ao Poder Concedente. O repasse de outorga estimado ao longo dos 20 (vinte) anos é de R\$ 14.032 mil, com o percentual de 27,08% por cento, sobre a receita operacional bruta da Companhia, e o valor estimado do investimento total corresponde a R\$ 2.258 mil.

A Companhia possui contrapartidas específicas a serem cumpridas, como: (i) realizar a manutenção e limpeza das estruturas onde se desenvolvem os serviços objeto da concessão; (ii) implementar e manter a exposição permanente no Centro de Visitantes; (iii) adequar o espaço do Centro de Visitantes às necessidades para prestação do serviço; (iv) adequar e manter as vias de acesso internas; (v) as trilhas e a sinalização; implantar e manter galpão rústico e implantar banheiro seco no espaço de campismo das sete quedas; (vi) reformar e equipar o alojamento; (vii) implementar e manter o plano de gestão de segurança; (viii) fornecer cortesias e isenções conforme solicitações do Poder Concedente; (ix) implementar banheiro no atrativo das Corredeiras; e (x) compatibilizar o uso do auditório do centro de visitante com a gestão do PNCV.

A Companhia vem cumprindo com as contrapartidas, sem nenhuma notificação ou penalidade por parte do poder concedente.

ii) Público-alvo e Oportunidades

No primeiro ano de operação da companhia, em 2019, a visitação cresceu 7%, mesmo com o início da cobrança, inicialmente em R\$ 17,00 o ingresso, chegando a 80 mil visitantes em 2019. Anteriormente à Concessão, a entrada no parque era gratuita.

A visitação do PNCV no ano de 2020 foi muito prejudicada pelo fechamento do Parque devido ao Covid19. O Parque ficou fechado de março/20 a agosto/20 com a visitação anual neste ano chegando a 38 mil visitantes.

No início do ano de 2021, a visitação retomou os patamares dos anos anteriores, contudo o ICMBio acatou o decreto municipal de Alto Paraiso e fechou o Parque em março/21. A partir do 2º quadrimestre observamos uma recuperação da visitação chegando a 75 mil visitantes em 2021.

No ano de 2022, a visitação no primeiro 1º trimestre sofreu com as fortes chuvas na região, resultando em no fechamento de alguns dos principais acessos por semanas. Em 20 de abril de 2022 houve a liberação por parte do ICMBio da capacidade de carga do Parque para 100%, antes limitada devido ao Covid19. A partir do 2º trimestre a visitação quebrou recordes históricos mensais de visitação. Contudo, o 4º trimestre se manteve nos patamares dos anos anteriores, chegando a 74 mil visitantes em 2022.

No ano de 2023, a visitação bateu o recorde ultrapassando os 80 mil visitantes. Para os próximos 4 anos, o crescimento médio anual da visitação deve se manter em 16% ao ano, apoiado no crescimento do ecoturismo em âmbito mundial e mais acentuado ainda no Brasil. Este ritmo de crescimento tem seguido o crescimento de visitação dos Parques Nacionais no Brasil, de 16% ao ano e as boas perspectivas de turismo doméstico e de natureza.

Cabe destacar a mudança de perfil, devido a implantação do serviço de transporte interno no Parque, famílias com crianças, idosos e outras pessoas com dificuldade de mobilidade agora dispõem deste serviço para chegar mais facilmente aos atrativos.

Em relação as oportunidades, são os principais objetivos e planos da Administração:

- Aumentar o conhecimento do público em relação ao turismo de natureza, aumentar o vínculo visitantes e entorno a respeito da importância socioambiental do Parque;
- Diversificação e ampliação dos atrativos e atividades do Parque, conseqüente ampliação do tempo de permanência e da diversidade de perfis de visitante;
- Manutenção e ampliação do Plano de Marketing: inclui ações de comunicação e vendas que tem como meta ampliar o conhecimento do público em relação ao turismo de natureza.

iii) Desenvolvimentos e Melhorias do Parque

A Companhia cumpriu todos os encargos e contrapartidas, sem nenhuma notificação ou penalidade por parte do Poder Concedente.

A operação do Parque iniciou-se efetivamente em 3 de junho 2019, com a contratação de gerente operacional e equipe e o Início da cobrança e controle de acesso por catracas em 08 de julho 2019.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da Companhia ao longo de sua gestão, efetuou desenvolvimentos e melhorias no Parque, para cumprir com as contrapartidas previstas junto ao Poder Concedente, e para otimizar a infraestrutura do Parque, com o objetivo de aumentar o número de visitantes, a seguir estão os principais desenvolvimentos e melhorias do Parque (concluídos e em curso):

- Escritório de Administração: Obra concluída em novembro/19;
- Centro de Visitantes (reforma): Obra concluída em outubro/22;
- Via interna para sistema de transporte (reforma): Obra concluída em junho/21;
- Espaço de campismo - atrativo "Sete Quedas": Obra concluída em agosto/22; e
- Alojamento ICMBio (reforma): Obra concluída em novembro/19.

Na avaliação da Administração, não houve impacto significativo nas vendas que indicasse problemas estruturais que pudessem afetar as estimativas contábeis no que se refere a: recuperabilidade dos ativos financeiros (caixa e equivalentes, aplicações), realização de estoques, realização de tributos diferidos, recuperabilidade dos tributos indiretos, reavaliação de ativos e tributos sobre o lucro, conforme segue:

Liquidez

Não houve alteração substancial dos índices de liquidez da Companhia. A Administração considera que o capital de giro é suficiente para requisitos atuais da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou prejuízo líquido no exercício de R\$ 62 mil (Em 31 de dezembro de 2022 apurou prejuízo líquido no exercício de R\$ 745 mil). Encerrou o exercício com o prejuízo acumulado de R\$ 2.766 mil em 2023 (Em 31 de dezembro de 2022 R\$ 2.704 mil). O capital circulante líquido em 31 de dezembro de 2023 é negativo em R\$ 126 mil (negativo em R\$ 16 mil em 31 de dezembro de 2022). Dado o quadro apresentado, a Administração da Companhia avaliou a capacidade de continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente. Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de a Companhia continuar operando e as demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 5 de setembro de 2024.

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis Adotadas

2.1 Apresentação e base de preparação

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), conforme Lei 6.404/1976 e Lei 11.638/2007.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas no item 3.

A Companhia usa o real como “moeda funcional”, a qual é também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

3 Resumo das principais políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário

3.1 Principais práticas contábeis materiais adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis

(a) Instrumentos financeiros

A Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Os instrumentos financeiros não derivativos abrangem disponibilidades, aplicações financeiras, recebíveis, contas a pagar e outros ativos e passivos.

Reconhece-se o instrumento financeiro quando a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros deixam de ser reconhecidos por ocasião do vencimento dos direitos contratuais da entidade aos fluxos de caixas deles decorrentes, ou caso a entidade venha a transferi-los sem manter o controle ou a maior parte de seus riscos e benefícios. Os passivos financeiros deixam de ser reconhecidos quando essas obrigações sejam liquidadas ou canceladas.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados da seguinte forma:

- Custo amortizado: para ativos financeiros que são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, os quais decorrem do recebimento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): aplicável aos ativos financeiros mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros;
- Valor justo por meio do resultado (VJR): corresponde aos ativos financeiros não mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados à mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais instrumentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de gerenciamento de risco.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento da Companhia, a avaliação potencial dos riscos. Assim, podem existir riscos com ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. Os principais fatores de risco de mercado, que podem afetar os negócios da Companhia, estão apresentados a seguir:

(i) Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia não receber os valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos com instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro.

Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática o recebimento financeiro de seus clientes pelo cartão de crédito ou à vista.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações com baixo risco de crédito.

(ii) Risco de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, caso haja. A Companhia não tem pactuado, para todos os contratos em empréstimos e financiamentos, contratos de derivativos para fazer "hedge/swap" contra esse risco. Porém, ela monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Ativos circulantes

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de alta liquidez, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

(ii) Adiantamentos diversos

São valores pagos a fornecedores, que enviarão as notas fiscais, posteriormente em virtude da característica de prestação de serviço.

(iii) Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

(iv) Impostos a recuperar

Os tributos a recuperar têm as seguintes origens: (i) Pis e Cofins em virtude de pagamento sobre aquisição de mercadoria e serviços (ii) Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), decorrentes do cálculo com base no Lucro Real Tributável, ajustados nos termos da legislação.

(c) Ativo Não-circulante

(i) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição ou contratação líquidos da depreciação acumulada e perdas ao seu valor recuperável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos bens é calculada considerando os seus custos e taxas de depreciação fiscal, como segue:

	<u>Taxa de depreciação</u>
Máquinas e equipamentos	10%
Equipamentos de informática	20%
Móveis e utensílios	10%
Instalações	10%
Veículos	20%

(ii) Intangível

Os ativos intangíveis constituídos em decorrência do contrato de concessão pública são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e OCPC - 05 Contratos de Concessão.

O contrato de concessão estabelecido entre a Instituto Chico Mendes de Biodiversidade - ICMBIO e a Companhia, prevê uma contraprestação pecuniária a ser paga ao poder concedente e a cobrança, pela Companhia, de tarifas a serem pagas pelos usuários do Parque.

O contrato prevê também que extinta a concessão patrocinada, retornam automaticamente ao poder concedente, os equipamentos, instalações e outros bens, diretos e privilégios vinculados ao serviço concedido.

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão.

Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial o ativo intangível é mensurado pelo custo de aquisição/construção, que contemplam ainda os custos de empréstimos, incluindo os juros incorridos provenientes dos empréstimos captados pela Companhia, que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e das perdas do valor recuperável, quando aplicável.

No caso da Companhia, não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações contábeis.

A vida útil de um ativo intangível de um contrato de concessão de serviço é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar o público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A vida útil estimada para os períodos correntes é estabelecida conforme prazo do contrato de concessão que foi estabelecido em 20 anos, a partir da data de assinatura do contrato de concessão, em 20 de dezembro de 2018.

(d) Perdas no valor de recuperação (*impairment*)

Nos exercícios findos em 2023 e 2022, não foram encontrados indicativos de perda de valor recuperável dos ativos da Companhia.

Ativos financeiros

Um ativo financeiro é considerado deteriorado caso haja evidência objetiva de que uma ou mais ocorrências tiveram efeito negativo em seus futuros fluxos de caixa estimados.

A perda no valor de recuperação (*impairment*) relativa a um ativo financeiro avaliado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, sendo reconhecida diretamente no resultado. Essa perda no valor de recuperação deve ser revertida caso algum evento justifique objetivamente a reversão após o reconhecimento da perda.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de balanço ou quando há sinal de perda no valor de recuperação (*impairment*). Caso exista a referida indicação, estima-se o valor recuperável do ativo. A perda é reconhecida caso o valor contábil do ativo seja superior ao seu valor recuperável.

O valor recuperável do ativo é o maior entre seu valor de utilização e seu valor justo deduzido dos custos de venda. Para a avaliação do valor de utilização, descontam-se a valor presente os fluxos futuros de caixa, estimados por meio da utilização de uma taxa de desconto que reflita as avaliações atuais de mercado, bem como os riscos característicos do ativo.

(e) Passivos Circulantes

(i) Fornecedores

Correspondem aos valores a pagar a fornecedores que suportam as operações dos projetos e campanhas em andamento de acordo com a sazonalidade.

(ii) Obrigações trabalhistas e sociais.

São todas obrigações referente a Folha de Pagamento, tais como INSS, FGTS a Recolher, Salário a Pagar, Provisões Férias, 13º Salário, FGTS e INSS sobre Férias e 13º Salário.

(iii) Obrigações fiscais

São todas obrigações federais, tais como Imposto de Renda Retido na Fonte sobre salários e sobre Serviços de Terceiros, Contribuições Retidas, PIS e COFINS.

(iv) Adiantamento de terceiros

Composto por valores recebidos de clientes, que será emitido documento fiscal oportunamente.

(v) Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

As provisões para demandas judiciais e administrativas (trabalhista, civil e fiscal) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(vi) Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto de renda corrente e a despesa da contribuição social são calculados nos termos da legislação fiscal brasileira. A Administração periodicamente avalia e mensura as posições tomadas na declaração de imposto de renda em relação às situações em que os regulamentos fiscais aplicáveis estão sujeitos à interpretação. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que se espera que sejam pagos às Autoridades Fiscais.

O imposto diferido, quando aplicável, é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

(f) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço e produto.

A Companhia, baseada no modelo de cinco etapas da norma: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida; analisou os contratos e identificou que as obrigações de desempenho satisfazem:

Receitas de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria física e venda on-line) são reconhecidas no momento da visita do cliente ao parque.

Receita de Alimentos e Bebidas: As receitas provenientes da venda de alimentos e bebidas são reconhecidas no momento da venda ao cliente do parque.

Receita de Souvenir: As receitas provenientes da venda de souvenir são reconhecidas no momento da venda ao cliente do parque.

Receita de transporte/translado: a receita de transporte para traslado do parque é reconhecida no resultado no momento de utilização do serviço pelo cliente no Parque.

Receitas de locação: As receitas provenientes de contratos de locação são reconhecidas no resultado à medida que os prazos dos contratos vão incorrendo com base na vigência e característica dos contratos.

(g) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são compostas substancialmente por juros sobre aplicações financeiras de liquidez imediata. As despesas financeiras incluem juros passivos e multas de mora, despesas bancárias e impostos sobre operações financeiras. Essas despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

(h) Pronunciamentos contábeis e novas interpretações emitidas

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros

A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substituiu a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023. A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros.

Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas efetuaram uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais.

b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar “práticas contábeis significativas” por “políticas contábeis materiais”. As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

c) Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o Lucro

i. Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação

Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais da Companhia.

d) Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros

As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores. Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis da Companhia.

i. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2023

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas, a saber:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro 2024;
- b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro 2024;
- c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro 2024;
- d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) - esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro 2024;
- e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro 2025.

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações contábeis, e acredita que não terá efeitos relevantes.

3.2 Impostos sobre as receitas operacionais

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições de acordo com a sua operação, pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos e contribuições	Sigla	Alíquotas - %
Programa de Integração Social	PIS	0,65
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00
Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza	ISS	5,00

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa	4	4
Bancos conta movimento	50	32
Fundos de renda fixa	-	165
	<u>54</u>	<u>201</u>

PARQUETUR CHAPADA DOS VEADEIROS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com remuneração de 100% dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs). As aplicações em CDB podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

5 Contas a receber de clientes

	2023	2022
Duplicatas a Receber Nacionais	19	7
Recebimento por Cartões Crédito e Débito	106	63
	<u>125</u>	<u>70</u>

(a) Refere-se a valores a receber de clientes, decorrentes de pagamentos realizados pela prestação de serviços.

Destacamos a seguir a classificação do saldo a receber - "aging list":

	2023	2022
A vencer		
Até 1 ano	125	70
Total	<u>125</u>	<u>70</u>

6 Adiantamentos diversos

	2023	2022
Adiantamentos a fornecedores	-	56
Adiantamentos a empregados	1	-
	<u>1</u>	<u>56</u>

7 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022, assim como determinadas transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de transações com Companhias do mesmo grupo econômico e profissionais-chave da Administração e outras partes relacionadas.

Estas operações foram em condições definidas entre elas. Portanto, caso fossem realizadas em condições normais de mercado, o resultado das operações poderia ser diferente.

A Companhia possui como seu controlador final a Parques F.I. Partic. Infraestrutura, a qual possui 100% de suas ações.

	2023	2022
Parquetur Itatiaia	263	-
Parquetur Ibitipoca Itacolomi	7	-
Total	<u>270</u>	<u>-</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados concedidos pela Companhia referem-se basicamente a benefícios concedidos em bases mensais e assim reconhecidos contabilmente. Inexistem benefícios pós-emprego, fundos de pensão ou outros benefícios que requeiram tratamento contábil específico.

8 Imobilizado

(a) Composição

	% - Taxas	Custo	Depreciação	2023	2022
				Custo líquido	Custo líquido
Máquinas e equipamentos	10%	100	(34)	66	76
Equipamentos de informática	20%	48	(30)	18	21
Móveis e utensílios	10%	61	(15)	46	50
Veículos	20%	18	(9)	9	14
Total		227	(88)	139	161

(b) Movimentação do imobilizado líquido

Descrição	31/12/2022	Transferência	Adição	Baixa	Depreciação	31/12/2023
Máquinas e equipamentos	76	-	-	-	(10)	66
Equipamentos de informática	21	-	5	-	(8)	18
Móveis e utensílios	50	-	2	-	(6)	46
Veículos	14	-	-	-	(5)	9
Total	161	-	7	-	(29)	139

Descrição	31/12/2021	Transferência	Adição	Baixa	Depreciação	31/12/2022
Máquinas e equipamentos	41	-	44	-	(9)	76
Equipamentos de informática	19	1	9	-	(8)	21
Móveis e utensílios	21	(1)	34	-	(4)	50
Veículos	88	(72)	-	-	(2)	14
Direito de uso	64	(64)	-	-	-	-
Total	233	(136)	87	-	(23)	161

A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual, de forme linear conforme taxas descritas na seção 3.1.

PARQUETUR CHAPADA DOS VEADEIROS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9 Intangível

(a) Composição

	% - Taxas	Custo	Amortização	2023	2022
				Custo Líquido	Custo Líquido
Direito de uso	5%	67	(7)	60	65
Leasing Veículos	5%	52	(27)	25	52
Outros gastos com obras	5%	1.102	(45)	1.057	1.061
Centro de Visitantes	5%	263	(19)	244	242
Prédio Administração	5%	12	(2)	10	11
Estrutura Corredeiras	5%	58	(4)	54	58
Estrada Interna	5%	67	(5)	62	64
Camping das Setes Quedas	5%	45	(4)	41	44
Estação transporte interno	5%	44	-	44	14
Alojamento ICMBio	5%	14	-	14	15
Exposição Interpretativa	5%	98	-	98	94
Total		1.822	(113)	1.709	1.720

(b) Movimentação do Intangível

Descrição do bem	31/12/2022	Transferência	Adição	Baixa	Amortização	31/12/2023
Direito de uso	65	-	3	-	(8)	60
Leasing Veículos	52	-	-	-	(27)	25
Centro de Visitantes	242	-	20	-	(18)	244
Prédio Administração	11	-	-	-	(1)	10
Estrutura Corredeiras	58	-	-	-	(4)	54
Estrada Interna	64	-	2	-	(4)	62
Camping das Setes Quedas	44	-	-	-	(3)	41
Estação Transporte Interno	14	-	33	-	(3)	44
Alojamento ICMBio	15	-	-	-	(1)	14
Exposição Interpretativa	94	-	4	-	-	98
Intangível em construção	1.061	-	41	-	(45)	1.057
Total	1.720	-	103	-	(114)	1.709

Descrição do bem	31/12/2021	Transferência	Adição	Baixa	Amortização	31/12/2022
Direito de uso	-	65	-	-	-	65
Leasing Veículos	-	72	-	-	(20)	52
Centro de Visitantes	-	162	84	-	(4)	242
Prédio Administração	-	12	-	-	(1)	11
Estrutura Corredeiras	-	2	56	-	-	58
Estrada Interna	-	58	7	-	(1)	64
Camping das Setes Quedas	-	-	45	-	(1)	44
Estação Transporte Interno	-	14	-	-	-	14
Alojamento ICMBio	-	-	15	-	-	15
Exposição Interpretativa	-	-	94	-	-	94
Intangível em construção	1.326	(249)	-	-	(16)	1.061
Total	1.326	136	301	-	(43)	1.720

Construção/Melhorias na infraestrutura

A amortização dos gastos com construção/melhorias na infraestrutura ocorrerá conforme a interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão - por meio do método linear pelo prazo de concessão do contrato de concessão firmado com o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, quando elas estiverem concluídas e prontas para a visitação e ou uso.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Covenants

A Administração da Companhia reforça sobre o cumprimento e bom andamento do contrato, validados pelo verificador independente e pelo poder concedente. A Administração da Companhia apresentou evidências do devido cumprimento dos *covenants* relacionados às demonstrações financeiras durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme estabelecido no Contrato de Concessão.

10 Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores de serviços (a)	53	47
Fornecedores de bens de consumo	-	35
Total fornecedores	<u>53</u>	<u>82</u>

(a) Corresponde aos valores a pagar para fornecedores nacionais para execução dos projetos e prestações de serviços nas dependências do parque.

11 Empréstimos

(a) Saldos

Modalidade	Taxa (a.a)	Banco	Vencimento	2023	2022
Capital de giro	15,25	Itaú	06/02/2023	-	17
Capital de giro	11,35	Itaú	01/02/2023	-	16
Total				<u>-</u>	<u>33</u>

Os saldos de empréstimos e financiamentos, que se encontram registrados ao custo amortizado, a movimentação dos empréstimos e financiamentos é conforme segue:

	2023	2022
Saldo inicial	33	828
Captação	-	-
Juros incorridos	8	84
Pagamento de principal	(33)	(795)
Pagamento de juros	(8)	(84)
Saldo final	<u>-</u>	<u>33</u>

Os contratos de empréstimos existentes até a data-base de 31 de dezembro de 2022 das demonstrações contábeis não possuem cláusulas de *covenants*, e garantias.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12 Obrigações trabalhistas e sociais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Salários a pagar	40	40
Pró-labore a pagar	3	-
INSS a recolher	16	23
FGTS a recolher	5	5
INSS parcelados	10	27
Provisão de férias	74	56
	<u>148</u>	<u>151</u>

Correspondem aos valores a pagar de impostos sobre faturamento que registrou uma concentração no mês de dezembro de 2023, folha de pagamento e outras operações que gerem encargos tributários.

13 Impostos e contribuições a recolher

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
ICMS a recolher	2	4
IRRF Terceiros	1	4
ISS sobre faturamento	8	5
COFINS a recolher	1	-
PIS COFINS e CSLL retido de terceiros	1	3
Total Impostos e contribuições a recolher	<u>13</u>	<u>16</u>

14 Passivo de arrendamento

A Companhia arrenda catracas e leitor de dados que são utilizados na operação do Parque. Os pagamentos de arrendamento são reajustados com base nos acordos contratuais, para refletir os valores de mercado.

As informações sobre arrendamentos para os quais a Companhia é o arrendatário, são apresentadas a seguir:

(i) Valores reconhecidos no resultado

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Arrendamentos		
Juros sobre arrendamentos	4	6

(ii) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento se refere ao montante esperado transferido pelo uso do ativo (direito de uso), registrado a valor presente. O fluxo financeiro do passivo de arrendamento foi descontado a taxa de 11,66% a.a., sendo esta taxa a que melhor reflete o ambiente econômico da Companhia para a aquisição de um ativo em condições semelhantes.

O cronograma de pagamento dos arrendamentos é conforme segue:

PARQUETUR CHAPADA DOS VEADEIROS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Arrendamentos	22	51
(-) Encargos financeiros futuros	<u>(1)</u>	<u>(11)</u>
Valor presente dos arrendamentos	<u>21</u>	<u>40</u>
Circulante	21	15
Não circulante	-	26

A movimentação do arrendamento é conforme segue:

	<u>Valor</u>
Saldos em 31 de dezembro 2021	65
Juros incorridos	6
Pagamento de principal e juros	<u>(31)</u>
Saldos em 31 de dezembro 2022	40
Juros incorridos	4
Pagamento de principal e juros	<u>(23)</u>
Saldos em 31 de dezembro 2023	<u>21</u>

(iii) Cronograma de vencimento

O cronograma de vencimento do passivo de arrendamento não circulante é conforme segue:

	<u>Valor</u>
2024	21
Total	<u>21</u>

(iv) Despesa de arrendamentos reconhecidos no resultado

Os contratos de aluguel para os quais não foram adotados CPC 06 (R2) - Arrendamentos de acordo com as exceções previstas na norma, se referem a gastos com aluguel de veículos junto à operadora turística no qual somente ocorrem por meio do uso dos veículos, e aluguel de um flat para acomodações esporádicas de visitantes.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas de aluguel	25	25

15 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 4.748 (R\$ 3.798 em 31 de dezembro de 2022) e estão representados por 4.747.500 (3.797.500 em 2022) ações nominativas.

PARQUETUR CHAPADA DOS VEADEIROS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

31 de dezembro de 2023

Acionistas	Quantidade	Valor	%
Parques F.I. Partic. Infraestrutura	4.747.500	4.748	100,00%
Total capital social	<u>4.747.500</u>	<u>4.748</u>	<u>100,00%</u>

31 de dezembro de 2022

Acionistas	Quantidade	Valor	%
Parques F.I. Partic. Infraestrutura	3.797.500	3.798	100,00%
Total capital social	<u>3.797.500</u>	<u>3.798</u>	<u>100,00%</u>

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 4.748 (R\$ 3.798 em 31 de dezembro de 2022) e estão representados por 4.747.500 (3.797.500 em 2022) ações nominativas.

(a) Aumento de capital

Em 27 de abril de 2023, conforme ata da assembleia geral extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia de R\$ 3.798 para R\$ 4.748, portanto um aumento de R\$ 950, com a emissão de 950.000 ações ordinárias nominativas, mediante incorporação de adiantamento para futuro aumento de capital, no valor de R\$ 950.

(b) Adiantamento para futuro aumento de capital

No decorrer do exercício de 2023, o sócio efetuou adiantamentos para futuro aumento de capital posteriormente utilizados na integralização do capital da Companhia, conforme segue:

Em 03 de março de 2023, foi efetuado um adiantamento para futuro aumento de capital, conforme contrato de adiantamento para futuro aumento de capital, com valor de R\$ 130 este será utilizado na integralização do capital da Companhia em período posterior.

Em 11 de abril de 2023, foi efetuado um adiantamento para futuro aumento de capital, conforme contrato de adiantamento para futuro aumento de capital, com valor de R\$ 70 este será utilizado na integralização do capital da Companhia em período posterior.

Sócio	Data do AFAC	Valor
Parquetur Participações S/A	13/03/2023	130
Parquetur Participações S/A	11/04/2023	70
Total		<u>200</u>

Em 27 de abril de 2023, conforme ata da assembleia geral extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 950 mil, veja detalhes na nota explicativa nº 15(a).

PARQUETUR CHAPADA DOS VEADEIROS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Reserva Legal

Será constituída por um montante equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social. No exercício social em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não constituiu reserva legal devido aos prejuízos dos exercícios.

16 Receita Líquida

A receita líquida da Companhia e dos custos relacionados às receitas, apresentadas nas demonstrações a seguir:

Descrição	2023	2022
Serviços Prestados	3.186	2.047
Locação e Eventos	216	162
Receita bruta operacional	3.402	2.209
(-) Impostos incidentes sobre as vendas	(179)	(138)
Receita líquida operacional	3.223	2.071

17 Custos das mercadorias e serviços prestados

Descrição	2023	2022
Prestadores de serviços	-	(133)
Manutenção e conservação	(24)	(6)
Outorga concessão	(617)	(535)
Custo de pessoal	(580)	(1.101)
Locação de veículos	(198)	-
Despesas com veículos	(85)	-
Aluguel de equipamentos	-	(184)
Depreciação e amortização	(144)	(44)
Seguros	(49)	(21)
Viagens e estadias	(14)	(74)
Material de higiene e limpeza	(89)	-
Custos gerais	-	(145)
	(1.800)	(2.243)

18 Despesas administrativas e gerais

Os principais gastos incorridos nos períodos podem ser assim apresentados:

	2023	2022
Prestadores de serviços	(700)	(221)
Despesas com pessoal	(388)	-
Marketing e divulgação	(112)	(39)
Despesas com informática	(16)	-
Impostos e taxas	(25)	(23)
Manutenção e conservação	-	(85)
Depreciação e amortização	-	(23)
Internet	(25)	-
Energia elétrica	(27)	-

PARQUETUR CHAPADA DOS VEADEIROS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Outras despesas	(82)	(43)
Total	<u>(1.375)</u>	<u>(434)</u>
Despesas administrativas e gerais	(1.293)	(388)
Outras despesas	(82)	(46)
Total	<u>(1.375)</u>	<u>(434)</u>

20 Resultado financeiro

As principais despesas e receitas incorridas nos períodos podem ser assim apresentados:

(a) Despesas financeiras

	2023	2022
Juros sobre empréstimos	(24)	(79)
Juros pagamentos em atraso	(2)	(7)
Despesas bancárias	(10)	(7)
Juros leasing	(8)	(8)
Juros cartão	(67)	(39)
	<u>(111)</u>	<u>(140)</u>

(b) Receitas financeiras

	2023	2022
Rendimentos de aplicações financeiras	1	-
Correção monetária	-	1
	<u>1</u>	<u>1</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(110)</u>	<u>(139)</u>

21 Imposto de renda e contribuição social

Descrição	2023	2022
Prejuízo antes dos impostos	(62)	(745)
Exclusões ao lucro real	-	(83)
Base tributável no lucro real	<u>(62)</u>	<u>(828)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia auferiu prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 62. O montante acumulado dos saldos é de R\$ 2.752 os quais não possuem prazos prescricionais e sendo sua compensação limitada a 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base futuro.

A Administração não procedeu com o registro de impostos diferidos em virtude da ausência de expectativa de lucro tributável futuro.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em maio de 2021 foi publicada a Lei nº 14.148/2021, a qual estabeleceu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), que reuniu um conjunto de medidas adotadas com o objetivo de estimular a retomada das atividades do setor de eventos e correlatos em razão dos efeitos da pandemia de Covid-19.

Em razão do PERSE, a Companhia amparada pela lei e com a intenção de mitigar os efeitos da pandemia informa que no período de 60 meses, contados do efeito da lei, ficam reduzidas a zero as alíquotas de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL incidentes sobre as receitas operacionais da Companhia.

22 Remuneração da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores e membros do comitê executivo. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	2023	2022
Pró-labore	31	-
Total	31	-

Em 2022, a Companhia não possuía em seu quadro de funcionários diretores estatutários e ou diretores administrativos, conseqüente não possui remuneração de pessoal-chave. O custo dos executivos chaves foram suportados e registrados diretamente nas empresas da controladora da Companhia. Para 2022, o uso de horas e o custo dos executivos chaves não foram materiais.

23 Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

De acordo com a legislação tributária vigente, as declarações de imposto de renda dos últimos cinco anos e outros impostos e contribuições permanecem abertas para revisão e aprovação pelas autoridades fiscais por períodos variáveis. No entanto, a Companhia entende que, em 31 de dezembro de 2023, não havia outros riscos significativos conhecidos que devam ser refletidos nas demonstrações financeiras sejam por causas prováveis ou possíveis de perda.

24 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

PARQUETUR CHAPADA DOS VEADEIROS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia mantém apólices de seguro, segundo a cobertura contratada, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Os riscos cobertos compreendem: Seguro de Responsabilidade Civil e Seguro Patrimonial e Seguro Veículos.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto à adequação pela Administração da Companhia.

<u>Risco Coberto</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Limite Cobertura</u>	<u>Vigência</u>
Patrimonial	CHUBB SEGUROS	8.059.000	27/04/2023 a 27/10/2024
Responsabilidade Civil	EZZE SEGUROS	3.000.000	27/04/2023 a 27/10/2024
Veículos	TOKIO MARINE SEGURADORA	200.000	19/08/2023 a 19/08/2024
Execução	KOVR SEGURADORA	909.000	05/01/2024 a 05/01/2025

* * *